



Trabalho feminino e desigualdade de gênero a partir da percepção de jovens

Women's work and gender inequality in the perception of young people

Trabajo femenino y desigualdad de género desde la percepción de los jóvenes

*Dyeniffer Jessica Bezerra Parisoto*¹
*Aparecida Favoreto*²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo compreender aspectos de mudanças e de permanências da desigualdade de gênero nas relações de trabalho. Desta forma, foi realizado um questionário com 145 estudantes de cinco colégios do Ensino Médio de Cascavel-PR, visando compreender aspectos de suas relações familiares e de trabalho, tanto na organização do trabalho doméstico como sobre suas experiências com o trabalho remunerado. A partir de suas respostas, buscou-se captar se a desigualdade de gênero e a cultura machista permanecem, ou não, em suas vivências, e como esses estudantes têm compreendido e vivenciado a questão.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho Feminino. Desigualdade de Gênero. Jovens.

ABSTRACT

This article aims to understand the aspects of change and persistence of gender inequality in workplace relations. Therefore, a questionnaire was applied to 145 students from five high schools in Cascavel, Paraná, Brazil, aiming to understand aspects of their family and work relations, regarding domestic work organization as well as their experiences with paid work. Their answers were analyzed in order to verify whether gender inequality and sexist culture persists, or not, in their life experiences and how those students understood and regarded the matter.

KEYWORDS: Women's Work. Gender Inequality. Youngsters.

¹ Graduada em Psicologia pela Universidade Paranaense - UNIPAR (2017) mestrado em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2020), com bolsa pela CAPES e Fundação Araucária, especialização em Psicologia Histórico-Cultural na Universidade Paranaense - UNIPAR, doutoranda em Psicologia na Universidade Estadual de Maringá. Atualmente é Psicóloga da Prefeitura de Cascavel-PR no Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora. ID Orcid: 0000-0002-2636-9231. E-mail: dyenifferparisoto@gmail.com.

² Possui graduação em História pela Universidade Estadual de Maringá (1993), especialização em Fundamentos da Educação pela Universidade Estadual de Maringá (1996), mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (1998) e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Paraná (2008). Atualmente é Docente Associada da Universidade Estadual do Oeste do Paraná e atua como Professora e Pesquisadora no Mestrado e Doutorado em Educação e no Colegiado de Pedagogia da Unioeste - Cascavel, PR. ID Orcid: 0000-0003-3883-5604. E-mail: cidafavoreto20@gmail.com.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo comprender aspectos de cambios y permanencia de la desigualdad de género en las relaciones laborales. De esta forma, se realizó un cuestionario con 145 estudiantes de cinco escuelas secundarias de Cascavel, Paraná, Brasil, con el objetivo de comprender aspectos de sus relaciones familiares y laborales, tanto en la organización del trabajo doméstico como en sus experiencias con el trabajo remunerado. A partir de sus respuestas, se buscó captar si la desigualdad de género y la cultura sexista permanecen o no en sus experiencias, y cómo estos estudiantes han entendido y vivido el tema.

PALABRAS CLAVE: Trabajo femenino. Desigualdad de género. Jóvenes.

* * *

Introdução

Este artigo visa compreender aspectos de mudanças e de permanências da desigualdade de gênero nas relações de trabalho. Essa preocupação surgiu ao verificar que, por intermédio da Constituição Federal de 1988 e outras leis posteriores, vários direitos foram aprovados para assegurar a igualdade entre homens e mulheres, bem como diversas obrigações correlatas do Estado foram estipuladas, no sentido de garantir o cumprimento da lei e inibir a violência contra a mulher³.

Entretanto, ao observar os dados brasileiros, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (2018), verifica-se que, para além do número elevado de violência contra as mulheres, no que se refere ao trabalho remunerado, mesmo quando as mulheres são mais qualificadas que os homens, em 2017, elas ainda recebiam em média 70% do salário masculino, em 2019, passaram para 77,7% (RODRIGUES, 2021). Além disso, quando analisados os cargos de gerência, elas também são a minoria; em 2017, os homens ocupavam 60,9% desses cargos (IBGE, 2018). A porcentagem é menor ainda quando analisados os cargos políticos, visto que, em 2018, as mulheres representavam somente 15% dos cargos na Câmara dos Deputados (HAJE, 2018).

³ Sobre, consultar: Flavia Piovesan (n.d.). Igualdade de Gênero na Constituição Federal: Os Direitos Cíveis e Políticos das Mulheres no Brasil.

Além desses dados que demonstram a desigualdade na valorização do trabalho, as mulheres possuem uma maior carga de trabalho e, em sua maioria, exercem uma dupla ou tripla jornada de trabalho. Nesse sentido, enfatiza-se que as mulheres, além do emprego e estudos, ficam responsáveis pelo trabalho doméstico, sem nenhuma remuneração e/ou direito previdenciário; são elas que assumem as funções de cuidar dos familiares na infância, na velhice e na doença, ademais, ficam com a carga dos trabalhos domésticos, dedicando 73% mais do seu tempo, em relação aos homens, ou seja, elas dedicam em média 18 horas semanais e eles, 10,5 horas (IBGE, 2018). Registrou-se um aumento dessa carga horária semanal dedicada aos afazeres domésticos em 2019: de acordo com Rodrigues (2021), com base nos dados do IBGE, as mulheres realizavam em média 21,4 horas semanais e os homens 11 horas.

Diante do exposto, ou seja, da distância entre o que anunciam as leis e os dados que expõem uma desvalorização do trabalho feminino, interroga-se como os e as estudantes mais jovens estão compreendendo e se relacionando com e no trabalho. Pois o trabalho é essencial ao desenvolvimento humano, e no período da adolescência, são potencializados o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, da personalidade e do modo como o/a adolescente enxerga o mundo (VIGOTSKI, 2009), assim como é neste período que a/o jovem compreende melhor a realidade e a sociedade, reflete sobre os valores que lhes foram transmitidos (LEAL e SOUZA, 2014).

Nesse sentido, partindo do pressuposto de que a desvalorização do trabalho feminino, em comunhão com os interesses capitalistas⁴, carrega a herança do sistema patriarcal⁵ e da cultura machista⁶, o interesse é verificar

⁴ Sobre, consultar Saffioti, em seu livro *A mulher na sociedade de classes* (2013).

⁵ O sistema patriarcal origina-se de um modo de relação familiar, em que todos devem respeitar o patriarca, ou seja, o chefe da família. Assim, o homem teria o domínio e poder sobre todos, tanto a esposa como filhos/as e empregados. Contudo, esse sistema embasa, atualmente, não só as relações familiares, mas toda a estrutura social. Sobre ler Saffioti (2004), em seu livro *Gênero, Patriarcado, Violência*.

⁶ A cultura machista, com base em Castañeda (2006), são crenças, valores, normas e padrões de conduta, pautados na relação binária (masculino e feminino), que reforça desigualdades

se a desvalorização do trabalho e sobrecarga das mulheres ainda permanece nas relações familiares e de trabalho dos/as estudantes.

Para tanto, em um primeiro momento, com base em uma pesquisa bibliográfica, o objetivo foi compreender o processo histórico do trabalho feminino, buscando analisar a forma de dominação masculina, bem como as mudanças sociais, os espaços atribuídos e ocupados pelas mulheres na sociedade.

Em um segundo momento, apontam-se alguns dados obtidos por intermédio de uma pesquisa de campo, realizada nos primeiros e segundos anos do Ensino Médio de cinco colégios estaduais de Cascavel, Paraná, totalizando a participação de 145 estudantes. O questionário, baseado em estudos prévios sobre a temática, foi elaborado com perguntas sobre aspectos de suas relações familiares e de trabalho, tanto na organização do trabalho doméstico como sobre suas experiências com o trabalho remunerado. A partir de suas respostas, buscou-se captar se a desigualdade de gênero, bem como a cultura machista, permanece ou não em suas vivências e como eles/as têm compreendido a questão.

1 Fundamentos históricos sobre a desigualdade de gênero e o trabalho feminino: fios interligados

O patriarcado constitui-se pelas relações hierárquicas familiares, que perpassam diversos espaços da sociedade privada e civil. Nesse aspecto, Saffioti (2004, p. 58) afirma que: “representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência”. Para a autora, a dominação e exploração feminina, que nascem nesse sistema, constituem-se pelo

estruturais, em que o homem tem dominação e poder em relação às mulheres. Essas crenças são reforçadas historicamente, criando concepções de que as mulheres devem ser submissas aos homens, paradigmas que são usados para reforçar a violência contra as mulheres e a desigualdade no trabalho.

econômico, mas também perpassam relações políticas e de trabalho, inibindo a liberdade, inclusive, sexual da mulher.

Sobre a permanência da lógica da dominação masculina e subordinação feminina, destaca-se que a Igreja, a família, as leis, o regime de propriedade privada, entre outras instituições, de forma diversa, complementar e antagônica, tiveram um papel importante na formação social. Por exemplo, a Igreja Cristã, principalmente pelos textos sagrados, contribuiu para reforçar e disseminar concepções de que a mulher deveria ser submissa e inferior ao homem. No caso, deveria vincular sua vida ao casamento e à maternidade, sendo esses os planos de Deus (MACEDO, 2002).

Seguindo as tradições, no final do feudalismo, segundo Bauer (2001), as mulheres das famílias mais abastadas deveriam ser refinadas e obedientes ao seu marido, enquanto o trabalho doméstico ficava a cargo das criadas e escravas. Nesse ínterim, as mulheres das famílias com poucos recursos econômicos, para além das responsabilidades com a maternidade e o lar, realizavam inúmeras atividades da economia medieval, sem que isso lhes resultasse em uma melhor posição na família e na sociedade.

Sobre a manutenção da condição de inferiorização das mulheres, destaca-se ainda a contribuição das famílias, que, durante muito tempo, prepararam suas filhas, única e exclusivamente, para o casamento, pois a principal função feminina era reproduzir novos herdeiros e mão de obra para o capitalismo. No século XIX, mesmo com o advento do princípio democrático burguês e com a produção industrial, a mulher continuou numa condição inferior. Segundo Federici (2017), a privatização das terras e a monetarização das relações sociais contribuíram para manter as mulheres numa situação inferiorizada. No caso, a divisão entre o trabalho reprodutivo⁷ e o trabalho produtivo⁸, somada à misoginia, contribuiu para colocar as atividades

⁷ O trabalho reprodutivo firma-se no valor de uso, assim, geralmente, relaciona-se às atividades domésticas e/ou vincula-se aos cuidados e à reprodução da vida (ROSA e QUIRINO, 2017).

⁸ O trabalho produtivo está relacionado à produção do valor de troca e tem como finalidade o lucro, revertendo em dinheiro e/ou capital (ROSA e QUIRINO, 2017).

domésticas entre os trabalhos sem valor e entendidos como inferiores, insignificantes, fáceis e fúteis, uma percepção que, de modo contraditório, inverte-se quando a tarefa é realizada por homens. Nesse aspecto, Bourdieu (2018) lembra:

[...] a diferença entre um cozinheiro e uma cozinheira, entre o costureiro e a costureira; basta que os homens assumam tarefas reputadas femininas e as realizem fora da esfera privada para que elas se vejam com isso enobrecidas e transfiguradas (p. 88).

Ainda sobre o trabalho feminino, com base em Federici (2017), destaca-se que o trabalho realizado no espaço doméstico, paulatinamente, passou a ser visto como uma vocação natural e designada como trabalho feminino⁹. E, nesse compasso, na medida em que o trabalho doméstico foi se firmando como responsabilidade da mulher, a mão de obra feminina foi sendo desvalorizada no mercado, tornando-se mais vulnerável perante os preceitos androcêntricos e misóginos. Nesse sentido, Saffioti (1987, p. 51) aponta existir um duplo aspecto na dominação e exploração da mulher:

Tanto a dona-de-casa, que deve trazer a residência segundo o gosto do marido, quanto a trabalhadora assalariada, que acumula duas jornadas de trabalho, são objeto da exploração do homem, no plano da família. Na qualidade de trabalhadora discriminada, obrigada a aceitar menores salários, a mulher é, no plano mais geral da sociedade, alvo da exploração da sociedade capitalista.

No século XX, durante a Primeira Guerra Mundial e na Segunda Guerra Mundial, houve um aumento na quantidade de mulheres em trabalhos industriais, chegando à metade da força de trabalho em alguns

⁹ O trabalho feminino, comumente, está relacionado aos trabalhos domésticos e/ou ao cuidado de pessoas e à educação, geralmente, justificados por conta da maternidade. Assim, os trabalhos femininos, normalmente, eram considerados extensão do lar.

países. No entanto, passados os períodos de guerra, a maioria perdeu os empregos e voltou para o trabalho no lar (SAFFIOTI, 2013).

Porém, mesmo com dificuldades para se manter no mercado de trabalho, o número de mulheres realizando atividades remuneradas ou trabalhando em um ambiente externo aumentou em diversos países. Contudo, a maioria não fazia carreira, pois o casamento e a família estavam sempre à frente da profissão. Na reorganização do mercado de trabalho pós-guerras, as mulheres ficaram com os piores lugares, segundo Bauer (2001):

As mulheres continuaram ocupando as categorias inferiores, os trabalhos mais rotineiros e mal-remunerados; o que se produziu a partir da Segunda Guerra Mundial foi uma redefinição da divisão de trabalhos entre a mulher e o homem. Trabalhos que anteriormente haviam sido realizados por homens, foram-se ‘feminizando’ e assim foram perdendo seu prestígio social. Ao mesmo tempo, criaram-se naqueles setores reconhecidos socialmente como compatíveis com sua condição feminina, e que reproduziam as características do trabalho no lar: têxtil, confecção, alimentação, ensino, enfermagem etc. (p. 97).

Em termos gerais, apesar do desenvolvimento técnico-industrial ter ampliado o campo de trabalho da mulher, manteve-se a representação androcêntrica, a qual, de forma objetiva e/ou subjetiva, inscreveu contornos no comportamento e no tratamento da mulher; assim, foram se naturalizando os critérios na definição de expectativas do papel e do valor dos gêneros na sociedade.

Com relação à divisão sexual do trabalho e desvalorização do trabalho feminino, no que se refere ao Brasil, destaca-se que, no processo de colonização e constituição da sociedade brasileira, o modelo familiar da Europa Ocidental foi uma referência que perdurou no ideal social, o qual direcionou o caráter das relações entre os gêneros. Seguindo os princípios da família patriarcal, as diferenças biológicas entre homens e mulheres foram o

fio condutor na divisão do trabalho, bem como na organização das relações familiares e sociais. Sobre esse processo, ainda é importante grifar que, no Brasil, havia mais um agravante, o domínio do homem branco sobre as etnias indígenas e africanas. Nesse sentido, Saffioti (2013) comenta que as mulheres negras e indígenas foram escravizadas tanto no aspecto produtivo como no sexual, sendo objeto de prazer do seu senhor e/ou de outros na forma de exploração¹⁰. Nesse aspecto, ao lado da histórica inferiorização feminina, a questão racial resultou em maior desvalorização das mulheres das etnias consideradas não brancas.

Com o aumento da urbanização, industrialização e imigração, de acordo com Saffioti (2013), algumas mulheres ingressaram no trabalho de fábricas, escritórios e lojas, porém, por conta de a economia não absorver a demanda da força de trabalho, geralmente, a mão de obra feminina era preterida ou ficava com as posições menos valorizadas. Entre as justificativas, predominava a tese de que a mulher era mais frágil e deveria se ocupar da casa ou fazer os trabalhos considerados mais leves. Sendo assim, mesmo que as bases materiais, que sustentavam a organização androcêntrica da sociedade, já se encontrassem dissolvidas, a dominação masculina ainda reverberava, operando na forma de sanções morais e também na hierarquia das relações de trabalho.

Na década de 1950, a participação feminina no mercado de trabalho cresceu, entretanto, ficou reservada às áreas entendidas como femininas, divisão que prevalece no século XXI. Nesse sentido, as estatísticas sociais brasileiras (IBGE, 2019) apontam que os cargos tidos como femininos, tais como: servidoras domésticas, serviços gerais (limpeza de escritórios), trabalhadoras da educação e serviços de atendimento, continuam sendo

¹⁰ Segundo Saffioti (2013), as mulheres negras também foram utilizadas como reprodutoras de novos/as escravos/as e, diante de tamanha degradação, a abolição da escravidão não alterou muita coisa, pois muitas continuaram excluídas dos espaços sociais e passaram a trabalhar como prostitutas e/ou nos ambientes de trabalho mais insalubres.

destinados às mulheres. Portanto, as funções comumente femininas ainda são as de remuneração mais baixa do que as profissões tidas como masculinas.

No mesmo sentido, ainda que as mulheres realizem as funções consideradas como masculinas, o salário é menor. Por exemplo, em 2017, em profissões de ciências e intelectuais, elas representavam 63%, mas recebiam 64,8% do rendimento masculino (IBGE, 2019); já em 2019, o salário das mulheres nesses mesmos cargos representava 63,6% do masculino, e nos cargos de gerência ou direção diminuiu para 61,9% (RODRIGUES, 2021).

Para além da questão da remuneração, acrescenta-se a leitura social, realizada quanto ao desempenho feminino. Nesse aspecto, o tradicional estereótipo de que o trabalho externo prejudicaria a estabilidade do casamento e/ou levaria a mulher a relegar os afazeres domésticos fez com que muitas redobrassem seus esforços, buscando provar sua capacidade (PRIORE, 2004).

Essa leitura, associada a uma cultura machista, impôs à mulher contemporânea uma dupla e/ou tripla jornada de trabalho. O desempenho feminino, geralmente, é cercado de expectativas, as quais, por muitas vezes, são difíceis de conciliar. Elas precisam ser profissionais, mas também devem estudar e continuar “a ser esposas e mães em período integral” (CASTAÑEDA, 2006, p. 118). Em decorrência desses papéis construídos e reforçados culturalmente, há uma extrema sobrecarga de trabalho no espaço público e privado, acrescida de preocupações com a estética, a qual é incentivada pela mídia comercial, que impõe aos corpos femininos um ideal de beleza inatingível.

Entretanto, em que pese o pensamento machista em toda a ordem social, de acordo com o IPEA (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2017), em 2015, 40% dos lares brasileiros eram chefiados por mulheres, sendo que, na maioria (56,6%) dessas famílias, a renda familiar per capita era de até um salário-mínimo. Assim, um grande número dessas mulheres tem assumido sozinhas a tarefa de cuidar, alimentar e educar seus/suas filhos/as, bem como tem sido grande o número de famílias em que o

salário da mulher é imprescindível para manter o orçamento. Diante disso, o trabalho fora do lar é mais do que uma opção; trata-se de uma necessidade social. No caso, o direito à igualdade e a superação da cultura machista são prioridades iminentes na sociedade atual.

Para tanto, os direitos já adquiridos foram um avanço, mas a dominação masculina, arraigada nas relações sociais e, muitas vezes, explicitada na forma de violência e sanções morais contra a mulher, ainda tem que ser superada. No caso, para além da contribuição da legislação, outras questões precisam ser observadas, por isso, há a necessidade de verificar como os/as jovens têm vivenciado e pensado a desigualdade de gênero, principalmente, nas relações de trabalho.

2 Metodologia e dados dos/das participantes da pesquisa

Visando compreender os aspectos de mudanças e de permanências da desigualdade de gênero nas relações de trabalho, principalmente no que se refere às vivências e compreensões das/os jovens, foi realizada pesquisa de campo com alunos/as do Ensino Médio do município de Cascavel-PR, como parte de uma dissertação de mestrado¹¹. Por se tratar de uma pesquisa de campo, a mesma foi submetida ao comitê de ética¹².

A escolha de cada colégio, em que foi realizada a pesquisa, aconteceu em decorrência da sua disposição geográfica no município de Cascavel, visando contemplar as diferenças regionais, sendo escolhido um colégio público em cada região e que tivesse turmas do primeiro e segundo ano, tanto matutino, quanto noturno. Assim, a pesquisa foi realizada com um primeiro e um segundo ano do período matutino e um primeiro e segundo ano do período noturno, de cinco colégios (um de cada região do município, Sul, Leste,

¹¹ PARISOTO, Dyeniffer Jessica Bezerra. Permanência e mudança da cultura machista: formação social de adolescentes. 2020. 255 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel PR .

¹² Foi aprovada em 05 de novembro de 2018 (CAAE: 00871218.4.0000.0107).

Norte, Oeste e Central). Ressalta-se que, em dois colégios, da região Oeste e Leste, a pesquisa foi realizada somente em um período, em decorrência da ter sido realizada no final do ano e os colégios estarem em época de provas finais, não havendo aulas disponíveis para a realização da pesquisa em ambos os períodos.

Inicialmente, uma das pesquisadoras foi aos colégios conversar com a coordenadora e/ou diretora, e estes selecionaram as turmas em que seriam realizadas as pesquisas. Após isso, a pesquisadora explicou nessas turmas sobre o objetivo da pesquisa, como seria realizado o questionário e que a realização seria em horário de aula, sendo entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, para eles/as assinarem ou pelos/as responsáveis, caso fossem menores de idade. Na maioria dos colégios o questionário foi realizado nas aulas vagas.

O questionário foi produzido pelas autoras, tendo o total de 28 questões, contendo questões abertas, de múltipla escolha, e também de enumeração. Deste modo, o questionário foi impresso e entregue aos alunos/as para responderem nas aulas disponibilizadas, tendo duração média de 30 até 50 minutos. Neste artigo serão analisadas somente as questões que envolvem a temática do trabalho.

Deste modo, nesta pesquisa será utilizado o termo jovem, pois a faixa etária dos/as estudantes que participaram da pesquisa era de 14 a 31 anos, dos quais 1,37% tinham 14 anos; 59,31% tinham entre 15 a 16 anos; 29,65% de 16 a 18 anos; 4,13% de 19 a 20 anos; e 4,13% acima de 21 anos. Além disso, outros dados são importantes para compreensão dos/das jovens. 82 (57%) se identificaram como sendo do gênero feminino e 63 (43%) do masculino, totalizando 145 participantes. No que se refere à raça e etnia, 41% se consideram da cor branca (sendo a maioria do Colégio da região Central do município), 42% parda e 11% preta (estes, a maioria era dos Colégios da

Região Norte e Sul)¹³. Em relação à orientação sexual, 86% se consideram heterossexuais, 11% bissexuais e 3% homossexuais.

2.1 Trabalho feminino: vivência e compreensão dos/as jovens sobre a desigualdade de gênero

Para apreender como os/as jovens estavam vivenciando e compreendendo a desigualdade de gênero nas relações de trabalho, o questionário continha perguntas referentes às suas relações com e no trabalho remunerado, mas também sobre suas relações familiares e a distribuição de tarefas na residência. Tais perguntas foram realizadas em decorrência do histórico de desvalorização do trabalho feminino e objetivaram captar como a questão se apresenta para os/as jovens na atualidade.

Dessa maneira, buscou-se verificar a estrutura familiar dos/as jovens e com quem moravam. A maioria (46,2%) afirmou morar com ambos os pais (mãe e pai) e 4,8% com a mãe e padrasto. Os/as alunos/as que moram somente com a mãe são 20,65%; já os/as que moram somente com o pai são 4,12%. Alguns/mas possuem outra estrutura familiar, morando com a mãe e outro membro familiar, ou somente com avós, tios, tias, primos/as, mas em uma porcentagem menor. Percebe-se que, em mais de 70% das situações, a mãe permanece ao lado de seus/suas filhos/as na juventude, enquanto os pais são pouco mais de 50% e, quando analisada a diferença entre mães solas e pais solos, a maternidade e cuidado ainda ficam predominantemente para as mães.

No que diz respeito ao trabalho das pessoas que moram com os/as alunos/as, apareceram diversas ocupações. As funções que as pessoas do gênero feminino (mãe, tia, avó, esposa etc.) mais exercem são: dona de casa (10,34%); diarista ou doméstica (8,96%); zeladora (6,2%); costureira (4,13%); vendedora (2,75%); gerente (2%); e desempregas são 4,82%. Do gênero

¹³ Estas regiões são as de maior vulnerabilidade do município.

masculino (pai, padrasto, tio, irmão, avô), que moram com os/as alunos/as, os trabalhos mais exercidos foram: pedreiro (11,72%); pintor (4,13%); motorista (3,44%); mecânico (3,44%); mestre de obras (2,75%); metalúrgico e gerente (ambos com 2%), havendo ainda aposentados (4,82%). Outras ocupações foram indicadas, porém, por um ou dois alunos/as e outros/as não especificaram a função e/ou o gênero; 4,82% não responderam a essa questão.

No geral, apesar da variação de profissões, é perceptível que, no ambiente residencial dos/as jovens, o recorte entre as profissões e trabalhos ditos como masculinos e femininos ainda prevalece. No caso, a maioria das mulheres tem assumido as funções relativas ao cuidado e ao espaço doméstico; já os homens, têm ocupado as funções relacionadas aos espaços entendidos como públicos/externos, seguindo a herança da divisão sexual do trabalho de outrora.

No que se referem ao trabalho realizado pelos/as alunos/as, quando questionado se eles/as exerceram ou exercem alguma função remunerada, comparando o total separadamente por gênero, as diferenças não são grandes; no caso, 57,3% das meninas já exerceram alguma função remunerada, enquanto que, em relação aos meninos, a quantidade é de 53,9%.

Quando analisadas quais funções eles/as realizaram ou realizam, observa-se que a divisão gênero das ocupações também permanece. Entre as funções indicadas pelas meninas estão: de babá (16%); depois, de auxiliar administrativo (4,93%); atendente (4,93%); telemarketing (3,7%); recepcionista (3,7%); secretária (2,4%). Outras funções foram apontadas, porém, apenas 1,23% para cada função mencionada, tais como: professora; crocheteira; trabalho em restaurante; garçoneiro; trabalho em livraria; operadora de caixa; credenciada; padeira; estagiária; auxiliar em estúdio de beleza; trabalho em pet shop; zeladora; auxiliar de cozinha; doméstica; trabalho em um hospital; balconista; dobrando roupa em loja; panfleteira; auxiliar de farmácia; auxiliar de vendas; recursos humanos; cooperativa; organizadora. Se, entre as funções indicadas, uma ou outra não é possível

captar a categoria profissional, observa-se que a maioria exerce ou já exerceu atividades relativas ao universo considerado feminino.

Entre os meninos, as ocupações apontadas foram: a de mecânico (4,93%), seguido por panfleteiro (3,7%), lojista, telemarketing, menor aprendiz e repositor (cada função corresponde a 2,4%, em relação à quantidade de meninos). Outras funções foram apontadas, porém, por apenas um menino, tais como: garçom; administração; recepcionista; vendedor; estagiário; auxiliar de montagem; empacotador; eletricista; auxiliar de eletricista; auxiliar de padeiro; realizava trabalhos acadêmicos¹⁴; produção; auxiliar de produção; entregador; separador de medicamentos; auxiliar de impressor; marceneiro; contador; auxiliar de serviços gerais. No geral, em relação à divisão do trabalho, tanto das/os alunas/os quanto das pessoas que moram com eles/as, é perceptível a permanência da tradicional divisão por áreas definidas como trabalho feminino ou masculino.

No que se refere ao trabalho doméstico (não remunerado), a maioria dos/as participantes do questionário destacou a mãe como uma das principais responsáveis (46%) e também as próprias alunas (34%); outros/as participantes apontaram as avós, irmãs, tias, primas e empregadas, correspondendo, ao todo, a 16%. No geral, 96%¹⁵ das respostas apontaram a figura feminina como a principal responsável na realização desse trabalho. Em comparação, 18% do total apontou a figura masculina como um dos principais responsáveis pelo trabalho doméstico. Desses, 14% dos alunos afirmaram que eram também os responsáveis pelas tarefas domésticas e 4% indicaram uma figura masculina, tal como pai¹⁶, padrasto, padrinho e primo (1% cada). Na totalidade dos/as alunos/as, apenas 8% responderam que o

¹⁴ O jovem comentou que fazia trabalhos e artigos para parentes e colegas e recebia por tal função.

¹⁵ A porcentagem ultrapassa 100%, em decorrência de alguns das/os adolescentes terem colocado mais de uma pessoa como principal responsável.

¹⁶ Foi somente um estudante que colocou o pai como principal responsável pelo trabalho doméstico, e neste caso, a estrutura familiar também era composta pela mãe.

trabalho era realizado por todos os membros da casa. E 1% dos/as participantes não responderam à questão.

Logo, pode-se perceber a enorme diferença entre os sexos na divisão do trabalho doméstico, pois, mesmo que a maioria (51%) dos/as alunos/as morem com ambos os pais (mãe e pai ou padrasto), 96% pontuaram alguma figura feminina como a principal responsável, enquanto apenas 18% indicaram alguma figura masculina como um dos principais responsáveis; somente 4% grifaram pai, padrasto, padrinho ou primo como um dos principais responsáveis. É necessário ser ressaltado também que mais do dobro (34%) de adolescentes do gênero feminino realizam tal trabalho, comparado com os do gênero masculino (14%). Desse modo, esse trabalho continua sendo, naturalmente, atribuído para a responsabilidade das mulheres.

Esses dados corroboram o artigo publicado em Globo (2016), com base em uma pesquisa realizada pela Unicef, que afirma que, dos 5 aos 14 anos, as meninas dedicam por dia 40% do seu tempo a mais que os meninos a tarefas domésticas, uma carga que se eleva, conforme aumenta a idade.

Ainda sobre a dupla/tripla jornada de trabalho feminino, destaca-se que, quando os/as participantes foram questionados/as sobre quem normalmente cuida quando alguém fica doente na casa, a maioria, 51%, citou a mãe como a principal responsável; os que citaram outras integrantes (avó, tia e/ou irmã) foram 6%; e a própria aluna, foi 6%. No total, 63% indicaram alguma figura feminina como a principal responsável por esse cuidado. Dos que indicaram a figura masculina como responsável (18%); 12% colocaram que quem cuida é o pai; os que citaram outros integrantes (como marido, padrinho e irmão) foram 3% e, também, 3% dos próprios alunos colocaram que eles mesmos cuidam.

Outras respostas foram que todos os integrantes da família cuidam um do outro (12%); e também que são os/as médicos/as (3%); houve ainda variadas respostas (4%) e alguns não responderam a essa questão (3%).

Nesse sentido, os dados coletados por intermédio do questionário assemelham-se às considerações de Saffioti (2013), quando ela pontua que as

mulheres são normalmente as responsáveis pelo cuidado dos doentes da casa, mesmo quando trabalham externamente, pois o cuidado ainda é considerado uma função natural da mulher. Assim, é mais uma sobrecarga de trabalho invisível e não remunerada que fica a cargo da mulher.

Dessa maneira, visando complementar a análise e compreender as percepções dos/as estudantes sobre a desigualdade de gênero nas experiências de trabalho, solicitou-se que eles/as enumerassem, de 0 até 5, o quanto consideram que as mulheres eram inferiorizadas no ambiente familiar e no trabalho externo, sendo 0 para inferiorização nula e de 1 a 5, conforme o grau que percebiam de inferiorização da mulher nesses dois ambientes, entendendo 5 como um grau muito alto.

No que se refere ao ambiente familiar, 34% das meninas e 59% dos meninos colocaram zero, ou seja, que existe igualdade de gênero. Nesse aspecto, apontaram que, no ambiente familiar, existe igualdade e todos se respeitam.

Os/as que colocaram um, ou seja, que as mulheres são um pouco inferiorizadas, foram 7% das meninas e 8% dos meninos. Destacam-se dentre as justificativas: “às vezes só a mulher faz os serviços de casa, e os homens não ajudam” (fem.); “porque o pai sempre tem mais autoridade que a mãe querendo ou não” (fem.); “a mulher acaba fazendo a maior parte do serviço doméstico” (masc.).

Os/as jovens, que assinalaram dois, foram 11% das meninas e 8% dos meninos. Sobre, justificaram que:

no fim de semana no churrasco da família enquanto os homens conversam as mulheres estão na cozinha (fem.); pessoas veem que a mulher deve ficar mais com a parte da limpeza do que [...] sustentá-la (masc.); minha mãe ‘manda’ na minha casa (masc.); ‘você é mulher, isso é sua obrigação’ (fem.); a mulher é meio que obrigada a fazer comida, limpar a casa, passar (um fem. e um masc.); dependendo da casa a mulher é tratada como inferior (masc.).

Os que apontaram três, a respeito do nível de inferiorização feminina no ambiente familiar, foram 20% das meninas e 8% dos meninos:

normalmente os homens dizem que mandam na família (fem.); mulher tem que limpar casa e homem ficar no sofá bebendo cerveja, o que é errado (fem.); em muitas casas todo o trabalho doméstico sempre sobra para as mulheres da casa (fem.); algumas pessoas na minha família são machistas e cheias de preconceitos, mas geralmente inconscientemente, devido a uma criação conservadora (fem.); muitas vezes os homens não aceitam que o serviço doméstico não é só pra mulher (fem.); a mãe tem que chegar do trabalho e fazer comida (fem.); às vezes com marido escroto, chega bêbado e começa a humilhar a sua esposa (masc.); pois quando meu irmão saía quando mais novo, meu pai não ligava, já quando o assunto é eu, é diferente (fem.).

Os que marcaram o número quatro foram 11% das alunas e 5% dos alunos:

homens sempre acham que mandam e a mulher tem que limpar e cozinhar, etc. (fem.); por mais que existam exceções, na maioria das casas o serviço doméstico é trabalho de mulher (fem.); quase sempre são elas que fazem tudo (fem.); muitas mulheres são obrigadas pelo marido a fazer o serviço de casa, por ser 'coisa de mulher' (masc.); falam que o homem tem que sustentar a casa [...] (fem.); meu pai que manda na casa (fem.); porque elas limpam a casa e nós homens sujamos, elas são a empregada do domicílio (masc.).

Já os/as que colocaram que a mulher é muito inferiorizada no ambiente doméstico, ou seja, colocaram cinco, foram 12% das alunas e 3% alunos.

muitos homens dizem que serviço de casa não é pra homem de verdade, como lavar a louça (fem.); meu irmão mais novo trata mulheres como se fossem vagabundas e descartáveis (fem.); alguns homens falam que a casa é coisa de mulher, cuidar e limpar (fem.); agressões em mulher pelo marido (fem.); se

você tem um irmão você apenas faz as coisas e ele não, e se a mãe trabalha não pode dizer que está cansada (fem.).

Os/as participantes que não responderam à alternativa sobre o ambiente familiar foram 5% das meninas e 10% meninos. Analisando os dados, observou-se que, no que se refere ao ambiente de casa, os meninos tendem a apontar um grau menor de inferiorização das mulheres. Para a maioria deles (59%), ambos os gêneros são tratados igualmente. Entretanto, a percepção de inferiorização aumenta entre as meninas. Em sua maioria, apontaram existir algum grau de inferiorização, ou seja, 61% das meninas enumeraram como sendo de 1 a 5.

Pelos exemplos elencados pelo/as participantes, pode-se afirmar que o serviço doméstico, mesmo entre os/as jovens estudantes do Ensino Médio, continua sob a responsabilidade das mulheres. Apesar da maioria dos/as jovens reconhecer o peso do trabalho doméstico, nas suas explicações, principalmente os meninos, a divisão sexual do trabalho aparece como natural, portanto, os cuidados da casa e dos familiares é próprio da natureza da mulher. Sobre a questão, a maioria das meninas apontou que havia uma desigualdade; em contrapartida, tal percepção não é compartilhada pela maioria dos meninos. Somente 32% dos meninos assinalou haver alguma inferioridade da mulher no ambiente familiar (colocaram de 1 a 5).

A pergunta também foi repetida sobre suas impressões no ambiente de trabalho remunerado, sendo que deveriam apontar de zero a cinco, conforme o grau de inferiorização feminina¹⁷. Nesse quesito, 16% das meninas e 25% dos meninos colocaram zero, justificando apenas que, nesse ambiente, há igualdade. Os que enumeraram como sendo grau um de inferioridade feminina, foram 7% das meninas e 6% dos meninos; entre as justificativas, afirmaram que havia um pouco de desigualdade e, às vezes, desrespeito.

¹⁷ Parte dos/as participantes responderam a essa questão com base em impressões sociais e não por intermédio de experiência direta no mercado de trabalho, visto que 51% exerceram função remunerada.

As meninas, que indicaram dois quanto à inferiorização nos ambientes de trabalho foram 12%, enquanto meninos foram 8%, explicando que:

às vezes os homens ganham mais que as mulheres, e ocupam o mesmo cargo (fem.); porque muitas empresas, às vezes, para certos trabalhos preferem mulheres (fem.); a maioria dos homens recebe salário mais alto do que as mulheres (fem.); tem respeito, mas sempre o homem vai querer prevalecer (fem.); tipo certos lugares por exemplo caminhoneiro (a) (masc.); diferença de salário (masc.).

As alunas e os alunos que enunciaram três, foram, respectivamente, 23% e 14%, e exemplificaram que:

no trabalho se encontra muito disso (fem.); há muitas empresas que pagam menos a mulher porque ela não pode medir tanto esforço (fem.); acho que muita empresa deve tratar o funcionário diferente (fem.); serviços pesado é só homens, escritório mulheres (fem.); em alguns trabalhos têm muito preconceito por você ser mulher (fem.); tem cargo mais alto que nós homens podemos alcançar (masc.); por ser mulher, não pode trabalhar (masc.); desigualdade no salário (fem.).

Já as/os alunas/os que expuseram quatro nessa categoria foram 15% de meninas e 11% de meninos. Um dos exemplos que mais apareceu foi o fato de o homem ganhar mais; outros exemplos foram:

mesmo obtendo o mesmo cargo, os homens em alguns casos são mais bem vistos (fem.); há muita desigualdade no trabalho (masc.); se na entrevista de emprego uma mulher disser que quer ter filhos, ela é desclassificada para tal cargo (um fem. e um masc.); em alguns não aceitam mulher, pois dizem que 'é serviço para homens' (fem.); porque elas são tratadas como incapazes de fazer certas coisas, que muitas vezes elas conseguiriam (fem.); têm cargos que só um gênero em específico pode ser (fem.).

Os que marcaram cinco, isto é, que percebem muita desigualdade, foram 21% de meninas e 22% de meninos; as justificativas também foram em relação aos cargos e salários inferiores destinados às mulheres. Os outros exemplos foram:

alguns homens não gostam de serem mandados/chefiados por mulheres (duas alunas fem.); a mulher é sempre fraca para fazer aquilo e as ‘melhores ideias’ são as dos homens (masc.); às vezes as mulheres ficam com cargos baixos (masc.); homens têm cargos altos, são chefes... mulheres que fazem o mesmo trabalho e ganham menos (fem.); cultura do homem ser superior ainda afeta muito (fem.); tem cargos, por exemplo, carregadores, que só pode homem (fem.); se na entrevista de emprego uma mulher disser que quer ter filhos, ela é desclassificada para tal cargo (fem.).

No que se refere ao trabalho remunerado, a maioria dos/as jovens apontou algum grau de inferiorização da mulher, principalmente as meninas. Nesse aspecto, a quantidade de meninas que colocou de um a cinco, foi 78%; dos meninos, 61%. Aqueles/as que não responderam a esse tópico foram 6% de meninas e 13% de meninos.

Assim, mesmo depois das mulheres terem avançado na conquista de diversos direitos, que legalmente trariam a igualdade, mesmo sendo elas a maioria inserida na formação escolar e universitária para que possam se preparar também para o mercado de trabalho, a desvalorização e exploração da sua mão de obra permanecem. Diante disso, entre as temáticas levantadas pelos/as jovens, as diferenças de gênero ainda aparecem como uma desvalorização. No caso, o que Saffioti (2013) descreveu como sendo uma característica da industrialização capitalista dos séculos passados ainda permanece, mesmo nas gerações mais jovens. Contraditoriamente, a maternidade, que, por muitas vezes, é romantizada nos discursos populares, é vista como uma desqualificação, de modo que, segundo Trevizan (2019), são

as mulheres com filhos ou com intenção de engravidar que são as primeiras a serem atingidas pelo desemprego e precariedade no trabalho¹⁸.

Além disso, mesmo as mulheres estando inseridas no mercado de trabalho, a lógica androcêntrica de desvalorização da força de trabalho feminina e os pensamentos misóginos permanecem, visto que a menor remuneração e dificuldade de ocupar cargos de liderança, conforme apontamentos dos/as participantes, ainda continuam sendo a realidade da maioria das trabalhadoras.

Outros pontos a serem acrescentados, referentes à desigualdade de gênero e cultura machista no ambiente de trabalho, que, principalmente, as mulheres sofrem, são os assédios morais¹⁹ e sexuais²⁰ (SENADO FEDERAL, 2019). Nesse sentido, Meirelles (2019) destaca, sobretudo, a respeito do assédio sexual, que 34% das mulheres já sofreram; já os homens, foram 12%.

No ambiente de trabalho remunerado, de forma geral, a percepção sobre a desigualdade é mais acentuada entre os/as estudantes, tanto no aspecto da desvalorização econômica como na reprodução da lógica machista, que situa a mulher numa condição inferior só por ser mulher. Pelas justificativas apontadas entre os/as jovens, verifica-se que a força de trabalho da mulher “ora se põe no mercado como mercadoria a ser trocada, ora se põe no lar enquanto mero valor de uso” (SAFFIOTI, 2013, p. 96) e, no geral, permanece a dupla jornada de trabalho; tem-se naturalizado essa carga a mais, ou seja, tem-se uma naturalização da exploração e da opressão feminina.

Considerações finais

¹⁸ Trevizan (2019) destaca que 30% das mulheres param de trabalhar para cuidar dos filhos; enquanto isso, somente 7% dos homens largam o emprego para tal função.

¹⁹ Assédio moral são condutas e palavras referentes à violência psicológica, como humilhar, caluniar, ou difamar a pessoa (SENADO FEDERAL, 2019).

²⁰ Assédio sexual é o constrangimento que visa obter vantagem ou favorecimento sexual, em que o assediador, comumente, é de um cargo superior (SENADO FEDERAL, 2019).

Pela pesquisa, observou-se que, apesar do avanço que as mulheres obtiveram no processo histórico, em termos da conquista por direitos à igualdade, principalmente impulsionado com o desenvolvimento tecnológico, acesso ao trabalho remunerado, à seguridade social e à educação escolar e superior, a desigualdade de gênero ainda persiste nas relações de trabalho. Os dados nacionais e esta pesquisa, realizada com os/as estudantes dos primeiros e segundos anos do Ensino Médio público de Cascavel, apontam que a desigualdade de gênero permanece na cultura das relações sociais e familiares. A igualdade entre homens e mulheres ainda é uma meta a ser atingida, mesmo entre a população mais jovem.

A histórica divisão do trabalho, associada às perspectivas sociais em torno dos papéis a serem desempenhados pelos gêneros, tem permanecido e imposto às mulheres uma dupla e até mesmo tripla jornada de trabalho. Nesse caso, a maior participação das mulheres no mercado de trabalho apenas lhes proporcionou maior liberdade econômica. Entretanto, em meio ao pensamento misógino, essa liberdade é relativa, visto que elas têm que comprovar serem capazes de atender às cobranças que recaem sobre elas; isso tanto no aspecto profissional como na execução das atividades do lar.

No mercado de trabalho, o ganho econômico também é relativo, visto que as mulheres ainda continuam a exercer as funções entendidas como femininas, as quais, seguindo a tendência histórica, são as menos valorizadas. O relato dos/as jovens e dados de outros estudos apontam que a empregabilidade feminina continua sendo ameaçada pela maternidade. Também, a propalada liberdade profissional tem sido limitada pelo histórico recorte profissional entre os gêneros. Nesse sentido, as escolhas continuam sendo determinadas de acordo com as expectativas atribuídas a cada gênero. Portanto, majoritariamente, os/as jovens estudantes, ao relatarem sobre suas vivências, apontaram que as mulheres ainda continuam se dedicando ao trabalho relacionado ao campo feminino.

Desse modo, um fator que chamou a atenção foram seus relatos sobre as vivências e trabalho em casa. Em relação a esse tópico, a permanência da

desigualdade e da cultura machista é perceptível. Pelas respostas das/os jovens, observou-se que o trabalho doméstico, na sua maioria, ainda recai sobre as pessoas do gênero feminino, ou seja, a própria jovem, irmã, mãe, tia, avó ou empregada. E, surpreendentemente, é nessas atividades que há maior desacordo entre as impressões femininas e masculinas. Diante disso, a desigualdade é mais percebida pelas meninas, enquanto a maioria dos meninos não observa isso no mesmo grau. Pelas suas justificativas, nota-se uma naturalização da mulher assumir essa função. Assim, as mulheres têm sido responsabilizadas, desde muito jovens, por mais essa carga de trabalho, simplesmente pelo fato de terem nascido mulheres. Logo, independentemente de suas atribuições e funções externas, a elas, cabe limpar, cozinhar e cuidar dos/as filhos/as e doentes, assim, continuam sendo dominadas e exploradas pelo sistema patriarcal e capitalista.

No geral, observou-se que a desigualdade permanece no cerne das relações sociais, sendo a familiar a que mais cedo inclui as pessoas nessa relação; no espaço familiar, a desigualdade assume o caráter de naturalidade, portanto, não causa estranheza, principalmente entre os meninos.

Desta forma, destaca-se que o trabalho feminino, mais que uma ocupação profissional, trata-se de atividades realizadas em um complexo de relações sociais, que congrega diversos valores culturais. O trabalho da mulher, seja remunerado ou não, na medida em que se constitui no desenvolvimento tecnológico e legislativo, é permeado por concepções de família, de maternidade, de direitos, entre outras, as quais se negam e se complementam em meio à educação familiar e escolar. No caso, é certo que a sociedade deve oferecer infraestrutura, tal como creche e outras formas dos pais acompanharem a educação, bem como a saúde dos/as filhos/as; da mesma forma, salários e cargos iguais aos gêneros, mas também deve haver uma conscientização a respeito da sobrecarga de trabalho não remunerado, imposto às mulheres.

Por fim, é importante considerar as mudanças históricas pelas quais a sociedade passou, mas também é necessário haver uma conscientização sobre

a permanência da desigualdade de gênero na atualidade e trazer essa temática para o debate social e educacional. De fato, é necessário avançarmos na construção de uma sociedade na qual as mulheres possam exercer suas atividades com igualdade e dignidade; para isso, além da construção de estruturas sociais, é necessária a desconstrução dessa cultura e estereótipos femininos, que perpassam pela formação social.

Referências

BAUER, C. *Breve História da Mulher no Mundo Ocidental*. São Paulo: Xamã: Edição Pulsar, 2001.

BOURDIEU, P. *A Dominação Masculina*. Edição de Bolso. Editora Record, 2018.

CASTAÑEDA, M. *O machismo invisível*. São Paulo: A Girafa Editora, 2006.

FEDERICI, S. *Calibã e a Bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução Coletivo Sycorax. Editora Elefante, 2017.

GLOBO. Meninas gastam 40% mais tempo que meninos em tarefas domésticas. *O Globo*, 2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/meninas-gastam-40-mais-tempo-que-meninos-em-tarefas-domesticas-20253578>>. Acesso em: 11 de jul. de 2020.

HAJE, L. Bancada feminina na Câmara sobe de 51 para 77 deputadas. *Câmara dos Deputados*, 2018. Disponível em: < <https://www.camara.leg.br/noticias/545897-bancada-feminina-na-camara-sobe-de-51-para-77-deputadas/> >. Acesso em: 26 de nov. de 2020.

IBGE. Em 2018, mulher recebia 79,5% do rendimento do homem. *Estatísticas Sociais: Agência IBGE Notícias*, 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23923-em-2018-mulher-recebia-79-5-do-rendimento-do-homem>>. Acesso em: 13 de jul. de 2020.

IBGE. No Dia da Mulher, estatísticas sobre trabalho mostram desigualdade. *Estatísticas Sociais: Agência IBGE Notícias*, 2018. 10 de abril de 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20287-no-dia-da-mulher-estatisticas-sobre-trabalho-mostram-desigualdade>>. Acesso em: 21 de jul. de 2020.

IPEA. *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça - 20 anos*. Participação ONU Mulheres, 2017. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_de_genero_raca.pdf>. Acesso em: 21 de jul. de 2020.

LEAL, Z. F. de R. G.; SOUZA, M. P. R. de. A vivência da Adolescência pelo Adolescente. In: LEAL, Z. F. de R. G.; FACCI, M. G. D.; SOUZA, M. P. R. de (Orgs.). *Adolescência em Foco: Contribuições para a Psicologia e para a Educação*. Maringá: Eduem, 2014.

MACEDO, J. R. *A mulher na Idade Média*. Editora Contexto: São Paulo, 2002.

MEIRELLES, A. 1 a cada 5 profissionais sofreu assédio sexual no trabalho. *Abril*, 2019. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/carreira/1-a-cada-5-profissionais-sofreu-assedio-sexual-no-trabalho-veja-relatos/>>. Acesso em: 17 de dez. de 2020.

PIOVESAN, F. Igualdade de Gênero na Constituição Federal: Os Direitos Cívicos e Políticos das Mulheres no Brasil. *Senado Federal*, n.d. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/volume-i-constituicao-de-1988/principios-e-direitos-fundamentais-igualdade-de-genero-na-constituicao-federal-os-direitos-civis-e-politicos-das-mulheres-do-brasil/at_download/file>. Acesso em: 26 de fev. de 2021.

PRIORE, M. D. (org.). *História das mulheres no Brasil*. 7. ed. Carla Bassanezi coord. de textos. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

RODRIGUES, L. Estudo revela tamanho da desigualdade de gênero no mercado de trabalho. *Agência Brasil*. 04 de março de 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-03/estudo-revela-tamanho-da-desigualdade-de-genero-no-mercado-de-trabalho#:~:text=Em%202019%2C%20as%20mulheres%20receberam,9%25%20do%20rendimento%20dos%20homens.>>. Acesso em 20 de jan. de 2022.

ROSA, M. A. G.; QUIRINO, R. Trabalho Produtivo e Trabalho Reprodutivo na Vida das Mulheres: Estudo de caso em uma Indústria Têxtil de Minas Gerais. *Polêmica*, 17 (4), 66-80, 2017. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/34304/24294>>. Acesso em: 26 de ago. de 2019.

SAFFIOTI, H. I. B. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Expressão popular, 2013.

SAFFIOTI, H. I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paul: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, H. I. B. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

SENADO FEDERAL. Assédio Moral e Sexual no Trabalho. *Mesa do Senado Federal Biênio 2017-2019*, 2019. Disponível em:

<<https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/cartilha-assedio-moral-e-sexual-no-trabalho>>. Acesso em: 13 de dez. de 2019.

TREVIZAN, K. Pesquisa mostra que 30% das mulheres deixam trabalho por causa dos filhos; homens são 7%. *Globo*, 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2019/05/10/pesquisa-mostra-que-30percent-das-mulheres-deixam-trabalho-por-causa-dos-filhos-homens-sao-7percent.ghtml>>. Acesso em: 26 de nov. de 2019.

VIGOTSKI, L. S. *A construção do pensamento e da linguagem*. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes. 2009.

Recebido em janeiro de 2022.
Aprovado em julho de 2022.